

A Trajetória Dos Movimentos Sociais: Do Apogeu Ao Declínio?.

Jandira Dantas dos Santos

RESUMO

O presente ensaio traz algumas reflexões a partir de fontes bibliográficas sobre a gênese dos movimentos sociais e sua percepção nos dias atuais. Não se pretende realizar um estudo exaustivo sobre o tema, mas, provocar inferências sobre o caráter reivindicatório dos movimentos sociais e as reações pacifistas propostas pelas ONG's na petição das necessidades emergentes no âmbito social.

ABSTRACT

The present article brings some reflections from bibliographic sources on the genesis of social movements and their perception in the present day. It is not intended to carry out an exhaustive study on the subject, but rather to elicit inferences about the claiming character of social movements and the pacifist reactions proposed by NGOs in the petition of emerging social needs.

INTRODUÇÃO

No século XIV e XV, a Europa passou por profundas transformações tanto na economia quanto na política. Pois, houve a queda do feudalismo e o surgimento do novo modo de produção, o capitalista. O novo sistema socioeconômico teve como base à propriedade privada dos meios de produção, gerando novas classes sociais: a classe capitalista - burguesia dominante proprietária do meio de produção e do capital e, a classe trabalhadora – ou proletariado (classe dominada) vende seus serviços à burguesia para garantir sua subsistência.

No século XVIII, no processo de expansão do capitalismo ocorreu a revolução industrial, na qual houve mudanças, na história da sociedade mundial, bem como nas relações comerciais e também no cotidiano do trabalhador. A expansão deste sistema se deu a partir das máquinas a vapor e do tear mecânico. A revolução industrial, no que tange a vida do trabalhador, foi marcada pela formação de uma camada marginalizada e subempregada, que saiu do campo para cidade para trabalhar nas fábricas, vivendo em péssimas condições sociais, sendo explorada pelo capitalista. De modo que o artesão passou a ser operário de fábrica, isto significou a perda do conhecimento sobre o todo da

produção e da apropriação sobre o produto deixando de ser livre passando a ser explorado. A desigualdade é resultado da contradição entre classes sociais e distribuição desigual de renda. A classe trabalhadora cada vez mais pobre, e classe capitalista cada vez mais rica. Mediante as condições péssimas de trabalho do proletariado instaura-se uma luta contra a classe dominante. As primeiras manifestações organizadas de operários foram realizadas através de sindicatos, setores organizados para a conquista de direitos. Expressando o descontentamento popular com seu modo de vida, decorrente da contraditória relação entre capital e trabalho. A classe trabalhadora tomou consciência que podia agir coletivamente para garantir melhores condições de vida. Resultante do modo de produção capitalista surge às questões sociais como: as desigualdades sociais, a miséria, a fome, o desemprego, a criminalidade, a mortalidade infantil, o movimento dos sem terra e do sem teto. A classe trabalhadora se fortaleceu e ganhou espaço na esfera pública e nas decisões do Estado. As tensões sociais mostraram-se relevante, ou seja, são assumidas e enfrentadas na sociedade capitalista. E é nesse contexto tensional que surgem os movimentos sociais.

A GÊNESE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo Santos (2013) o termo movimentos sociais surgiu em 1842 quando Lorenz Von Stein sentiu “a necessidade de uma ciência social que estudasse o socialismo emergente na França” (p. 18). Passaram os tempos e este termo passou a ser definido por Gohn (2014) como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e representar suas demandas.

Com base nos estudos contemporâneos os referenciais dos movimentos sociais seguem o modelo norte-americano que se destaca pelo estudo das teorias clássicas sobre a ação coletiva, chamada de teoria clássica; e, no modelo europeu que se subdivide em teoria Neomarxista e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (SANTOS, 2013). De acordo os autores estudados, os movimentos sociais alcançaram um alto grau de burocratização e profissionalismo que permitiu aos mesmos dar origem ou passar a integrar partidos políticos ou a prestar serviços a organizações públicas.

A discussão sobre a emergência dos movimentos sociais e sua classificação, torna-se importante para compreender que se trata de uma mobilização social reivindicatória do Estado ou alguns setores da sociedade civil em prol da redistribuição de renda ou outros serviços sociais coletivos controlados por organismos privados ou públicos. Na atualidade, os movimentos sociais visam uma produção ampla de conhecimento e a democratização das informações numa perspectiva global. Esta nova abordagem pautada na Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) traz uma perspectiva transnacional devido a tese de Melucci sobre a “sociedade da informação”, assim, a mobilização teria como objetivo a produção e circulação do conhecimento e sua democratização com apoio das redes de comunicação (mídias e tecnologias); esta teoria também prima pela compreensão de como a cultura se manifesta nos processos de mobilização política (ALONSO, 2009).

É importante sinalizar que todo movimento social surge quando são identificadas necessidades

materiais de um grupo e para supri-las são construídas pautas reivindicatórias junto às organizações públicas ou privadas. Quando o objetivo é atendido, o movimento cessa, posto que, não existirá mais a motivação da permanência da petição.

A participação do sujeito no movimento social é determinada pelas relações e processos que levam os atores sociais a se entrelaçarem numa ação política. Isto ocorre em função das relações sociais travadas que direcionam as possibilidades e os limites do movimento, tendo como eixo norteador a liderança e a organização (ALONSO, 2009).

Discorrer sobre os movimentos sociais a partir da segunda metade do século XX nos deparamos com as teorias de Touraine, Habermas e Melucci que enfatizam a sua especificidade, onde ocorre um deslocamento de interesses outrora defendidos nos movimentos classistas para movimentos identitários com ênfase cultural, conforme as necessidades contemporâneas. “Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida” (ALONSO, 2009, p. 67).

Para ilustrar este debate acerca dos movimentos contemporâneos, podemos citar o Movimento Estudantil que em 1968 na famosa passeata dos Cem mil no Rio de Janeiro teve presença marcante como uma força motriz aplicada ao manifesto que reunia todas as correntes da opinião democrática carioca e que a posteriori direcionou alguns membros “para o combate frontal contra a ditadura militar e a dominação de classe por ela sustentada” (MORAES, 1989, p. 139). Daí a mola propulsora para o desencadeamento da luta armada no enfrentamento da consolidação da ditadura militar após o Golpe de 1964 enquanto processo histórico.

Analisar os movimentos sociais no Brasil é compreender que eles sempre estiveram presentes desde o período colonial seja com os índios que resistiram à aculturação proposta pelo processo civilizatório impetrado por Portugal, seja com os escravos negros que como forma de resistência se organizou e formaram os quilombos. Não podemos

esquecer-nos de outros movimentos que eclodiram a partir de outros propostos, sempre no enfrentamento aos desmandos portugueses como, por exemplo, A Revolta de Canudos na Bahia (1874-1897) liderada pelo líder religioso Antônio Conselheiro que tinha como objetivo resistir ao aumento abusivo de impostos da Corte Portuguesa e que infelizmente foi desmontada pela força militar; e, ainda neste contexto de resistência temos a Guerra do Contestado (1912-1916) liderada pelo monge José Maria que pretendia retomar as terras dos camponeses expropriadas pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio de Janeiro.

Para fortalecer este exemplo na contemporaneidade, é *mister* citar o Movimento Ambientalista devido ao atual momento histórico em que todas (pelo menos a maioria) as nações procuram realizar práticas de sustentabilidade em seu país no molde do conceito do desenvolvimento sustentável. O Movimento Ambientalista tem como propostas medidas de proteção ambiental e antipoluição que promovam o uso das riquezas de forma consciente e com garantia da preservação para as gerações futuras. Podemos citar como exemplos o Greenpeace e a WWF, dentre outros.

Importante frisar neste contexto do movimento ambientalista a proposta do Ecosocialismo de LÖWY e KOVEL (2009) que se trata de um projeto radicalmente anticapitalista e antiprodutivista crítico das experiências socialistas não ecológicas do século XX. Segundo os idealizadores, o processo de alteração climática e superaquecimento do planeta, o conhecido efeito estufa promovido pelo expansionismo destruidor do capitalismo, pode trazer em curto prazo uma catástrofe sem precedentes aos humanos como, por exemplo: desertificação, elevação do nível do mar, etc. É preciso propor uma ruptura nas relações de produção e promover uma substituição ou transformação do sistema capitalista (LÖWY e KOVEL, 2009).

A existência dos movimentos sociais acompanha a evolução dos tempos em especial a trajetória do sistema capitalista que desde a Revolução Industrial

tem várias fases e desemboca no período da Revolução Tecnológica aumentando as possibilidades de lucro e ao mesmo tempo explorando os trabalhadores. Neste ínterim, eclodem os Novos Movimentos Sociais que se utilizam de aspectos identitários para que promovam uma conexão de interesses numa perspectiva global e de superação da tensão provocada pelas nuances capitalistas superando aos antigos movimentos que primavam pelas classes sociais a exemplo do movimento operário.

E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE?

Apesar das ofensivas organizadas contra as diretrizes neoliberais, os movimentos sociais ainda não apresentaram concretamente um projeto societário alternativo ao do capitalismo; permanece no foco corporativista, particular ou local. Faz-se necessário ocorrer uma articulação intercultural capaz de agregar as necessidades e interesses em prol de “ações prático-políticas advindas das lutas, incorporando-as em suas dimensões classistas e orientando-as para a construção de processos contra hegemônicos à ordem do capital” (DURIGUETTO, 2014, p. 182).

Montaño (2010) nos traz uma reflexão que após a década de 70 as Organizações Não Governamentais (ONGs) ocuparam o lugar do movimento social. Sendo que as mesmas apresentam “maiores possibilidades de obtenção de recursos e apoio do que o movimento social, passa a conquistar maior credibilidade e adesão da população” (p.272). Nesta nova “modalidade de militância”, as pessoas colaboram muito mais com as ONGs e as mesmas passam a ter mais respaldo e credibilidade social. Importante ressaltar que nos anos 90 as ONGs cresceram mais em números enquanto ocorreu (ocorre) a diminuição dos movimentos sociais.

Nas décadas de 70 e 80 as ONGs estavam lado a lado dos movimentos sociais no enfrentamento ao sistema capitalista, contudo, nos anos 90 entrou em litígio com o mesmo e passou a negociar com o Estado numa perspectiva funcional ao projeto neoliberal de reestruturação sistêmica. Esta nova

reformulação é muito perigosa pois alterou a forma e o conteúdo das lutas sociais de um prisma reivindicatório/conflitivo para uma docilização (remetendo-se a Michel Foucault) das relações permeadas pelo esvaziamento das organizações populares e suas questões sociais. Gohn (2014) coaduna das ideias de Montaño quando alerta que os movimentos sociais assumiram um papel de ONG a partir dos anos 90 (p. 324).

Alguns autores acreditam que a desmobilização dos movimentos sociais ocorre devido à ascensão de líderes ao poder enquanto outros acreditam que este passa por um processo de democratização e, portanto, não há crise. Do exposto é necessário e urgente retomar a articulação dos movimentos sociais como protagonistas das causas sociais e relocar as ONGs ao papel de coadjuvante no processo reivindicatório a resolução das demandas sociais. Por uma questão de salvaguardar a identidade do movimento e prosseguir com a pauta reivindicatória das questões sociais dissociadas do “peleguismo” quem em muitas vezes a ONG deixa transparecer.

Para não concluir...

Os movimentos sociais tem como premissa a construção de cotidianos significativos para a sociedade em busca da defesa de direitos que são excluídos da população em função das práticas do capital. É preciso ousar uma ruptura com o conservadorismo social e promover movimentos reivindicatórios capazes de integrar pessoas numa perspectiva transnacional. Podemos ter peculiaridades em cada movimento social mas, existem pontos convergentes como: cidadania, respeito a diversidade, a questão ambiental, a paz mundial, entre outros. No dia em que um movimento conseguir associar um ou mais temas descritos e caracterizados como de repercussão internacional, provavelmente deverá garantir uma maior adesão e respeito perante às nações e conseqüentemente, maior capacidade de resolução e/ou andamento das demandas sociais pleiteadas.

Segundo a História, os Movimentos Sociais passaram por algumas metamorfoses desde o

momento que apresentaram cunho separatista em virtude de ser atrelado ao movimento classista até chegar ao desdobramento que definiu um caráter reivindicatório a partir do século XIX tomando por base o modelo europeu. Percebe-se então que os movimentos ficaram institucionalizados e com o objetivo de controle social através da cidadania ativa e o fortalecimento das ações políticas por meio da mídia e das tecnologias.

Na contemporaneidade um movimento social pode surgir a partir do momento em que necessidades materiais de um grupo passa a ser representada em pautas reivindicatórias ocorrendo a possibilidade de ampliar o contingente de pessoas agregadas em busca de um objetivo comum, como por exemplo, o movimento ambientalista que adere a cada momento a culturas e saberes diferentes que valorizem o equilíbrio ambiental e fomentem práticas decorrentes da política do desenvolvimento sustentável amplamente debatido e divulgado na Conferência Ambiental conhecida por ECO-92.

Para que esta agremiação ocorra com sucesso é importante que o movimento social seja sensível e capaz de agregar novos atores sociais na militância a que propõe defender devido a privações sociais, culturais e ambientais aos quais pretendam combater. Assim, é necessário observar as possibilidades e limites que serão capazes de aglutinar novos adeptos a partir do caráter reivindicatório e que promova uma ampliação identitária dos envolvidos.

Em suma, os movimentos sociais não decorrem da mera presença da desigualdade, nem de cálculos individuais e sim, derivam da oferta de recursos e oportunidades que sustentam a mobilização e a construção de identidades coletivas e solidariedades. Portanto, o respeito à diversidade, a busca de uma unidade possível e o reconhecimento de seu potencial seriam os pontos principais da caminhada dos movimentos sociais. Com a nova estrutura, o que se pretende não é uma universalização dos movimentos, mas um diálogo intercultural de atores sociais e espaços geográficos que estão excluídos da democracia e da participação

popular na sociedade em qual estão inseridos por parte dos grupos hegemônicos.

Referências

1. ALONSO, Ângela. **As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009, acesso em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/12/01/teorias-dos-movimentos-sociais/>
2. DURIGUETTO, Maria Lucia. Movimentos sociais e serviço social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M.B. DURIGUETTO, M.L. (Orgs.) **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014. (p. 177-194).
3. GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.
4. LÖWY, Michel; KOVEL, Joel. **Um manifesto ecossocialista.** Rv. Marxismo Libertario martes, 28 de julio de 2009. Disponível em <http://www.formacion.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2013/06/Un-Manifiesto-Ecosocialista.pdf>.
5. MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
6. MORAES, João Quartim de. **A Mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas.** *Tempo Social* (USP). vol.1 no.2 São Paulo July/Dec. 1989, acesso em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v1n2/0103-2070-ts-01-02-0135.pdf>
7. SANTOS, Arlete Ramos dos. **Educação no campo.** Ilhéus,BA: Editus, 2013 .